

# A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)

João Paulo Borges Coelho  
(Universidade Eduardo Mondlane)

## Resumo

Recentemente tem-se assistido em organismos académicos reputados ao rápido crescimento de uma nova literatura sobre as guerras civis, baseada em metodologias quantitativas e privilegiando a explicação económica. Incidindo sobretudo na análise comparativa, esta literatura visa descobrir tendências que permitam configurar uma teoria geral do fenómeno, tendo por finalidade não só compreendê-lo mas também informar as decisões políticas dos organismos que com ele são supostos lidar. O presente texto procura trazer subsídios para a discussão do caso moçambicano à luz desta nova literatura quantitativa, tentando apurar em que medida ela é útil para o circunscrever e compreender.

Palavras-chave: Guerra Civil; Literatura Quantitativa; Moçambique.

## 1. Introdução

Nas duas últimas décadas do século passado multiplicaram-se os conflitos civis e também, de alguma maneira em consequência disso, os projectos académicos visando compreendê-los, em parte movidos pela necessidade de fazer avançar o conhecimento, em parte em resposta às necessidades políticas e humanitárias de os prever e prevenir, e de aperfeiçoar os mecanismos para os resolver e lhes atenuar os efeitos.<sup>1</sup>

Uma grande parte desses projectos afasta-se das tradicionais perspectivas qualitativas do estudo de processos particulares, considerando que estas dificultam a generalização e imprimem um carácter tendencioso à comparação (Gates 2002: 9-10); alternativamente, procura novas metodologias baseadas numa recolha de 'dados'

---

<sup>1</sup> À escala global, a ocorrência de guerras civis foi crescendo acentuadamente na década de 1990, atingindo um pico em 1994-5, e desde então tem vindo a descer consistentemente (Sambanis 2002: 216; Fearon 2002; Gleditsch 2002). Alguns encontram as causas desta tendência no ciclo longo de uma transição geral dos impérios para os Estados-nação (Wimmer & Min 2006). A região mais afectada pelo fenómeno é a África sub-sahariana, e as razões dessa prevalência são discutidas, entre outros, por Collier & Hoeffler (2002), Elbadawi & Sambanis (2000b) e Fearon & Laitin (2003). Todos os *websites* foram consultados em Junho de 2009.

suficientemente ampla para permitir, através do seu tratamento estatístico, estabelecer relações probabilísticas gerais que configurem princípios teóricos. Trata-se de uma perspectiva que ‘se abstrai de qualquer conflito particular e submete o investigador à disciplina do método estatístico’.<sup>2</sup> Naquele que é um dos textos programáticos desta nova perspectiva quantitativa, afirma-se:

‘Os padrões estatísticos são úteis na medida em que permitem sugerir políticas que funcionem tipicamente em situações particulares. Além disso, eles defendem-nos da tentação de generalização ilegítima a partir de conflitos particulares, e da tendência de escolher da multiplicidade de causas possíveis aquela que mais se coaduna com as crenças do investigador’ (Collier *et al* 2003: 54).

Ligada a esta perspectiva está a criação de grandes bases de dados sobre os conflitos, no pressuposto de que a teoria geral desenvolvida a partir da sua interpretação permite analisar casos concretos e prever casos futuros, assim como informar as decisões políticas.

O processo não é novo. Tem a sua origem na base de dados denominada ‘Correlates of War’ (COW), criada por David Singer na Universidade de Michigan em 1963 com o objectivo de acumulação sistemática de conhecimento científico sobre a guerra em todo o mundo ([www.correlatesofwar.org](http://www.correlatesofwar.org); Suzuki, Krause & Singer 2002). Na esteira do COW, desenvolveram-se várias linhas de investigação, grande parte delas a partir dessa base de dados, algumas com novas bases de dados entretanto constituídas.<sup>3</sup> Evidentemente, esta ‘metodologia quantitativa’, de que aqui se dá conta de forma simplificada, tem produzido resultados muito diversos, pelo menos tanto quanto o são as perspectivas com que se operam os dados para a partir deles se construir ‘teoria’. Enquanto que umas correntes se manifestam mais próximas da chamada Ciência Política e prestam particular atenção ao ‘factor étnico’ ou ao impacto da globalização nos conflitos, a maioria vê na economia, e mesmo na econometria, a resposta para as indagações mais importantes. A particular saliência desta última deve-se em grande

---

<sup>2</sup> Collier, Hoeffler & Rohner (2008: 3). São minhas todas as traduções do inglês.

<sup>3</sup> De acordo com Sambanis (2004: 815), ‘a maioria dos projectos não realiza pesquisa histórica original, baseando-se em grande medida no COW’. Entre as bases de dados mais importantes salientam-se a das ‘Minorias em Risco’ de Ted Gurr, a do ‘State Failure Project’ da Universidade George Mason, o ‘Uppsala Conflict Data Programme (UCDP) associado ao ‘Armed Conflict Dataset’ do International Peace Institute de Oslo (PRIO) (Gleditsch *et al* 2002; Gates 2002), a ‘Ethnic Power Relations (EPR) da Universidade de Califórnia (Wimmer, Cederman & Min 2009; Cederman, Girardin & Wimmer 2006), e a ‘Cross-National Data Set on Ethnic Groups’ de James Fearon (Fearon 2003). Muitas mais estão certamente em construção. Para uma visão geral da literatura quantitativa, ver Sambanis (2002), Humphreys (2002).

medida ao impacto do projecto ‘Economics of Civil War, Crime and Violence’, criado por Paul Collier sob os auspícios do Banco Mundial, e que estabeleceu uma correlação, largamente aceite no meio, entre desigualdade económica e pobreza com a guerra civil (Collier, Hoeffler & Söderbom 2001).

Apesar de haver uma extensa e variada literatura académica sobre o conflito armado moçambicano, o seu confronto com esta Literatura Quantitativa (LQ) é ainda muito escasso.<sup>4</sup> Assim, pretende-se deixar aqui um conjunto de notas de reflexão, não propriamente sobre a totalidade de um corpo tão complexo e diverso quanto o é a LQ, mas apenas sobre a medida em que ela abre perspectivas novas ao estudo da guerra em Moçambique. Estas notas serão organizadas em harmonia com dois dos três grandes núcleos de questões que têm dominado a LQ, nomeadamente o início do conflito (causas, natureza) e o seu desenvolvimento (transformações, condições que o alimentaram).<sup>5</sup>

## 2. Origem e Natureza

Porque se desencadeia uma guerra civil? Provavelmente, as razões são tantas quanto as guerras civis, e daí a grande diversidade de explicações, que por sua vez também fica muito a dever à dificuldade que a LQ enfrenta na definição de um conceito operativo de guerra civil.<sup>6</sup> Todavia, em grande medida devido à influência de Paul Collier e à sua perspectiva baseada na teoria do ‘rational choice’, foi-se criando na LQ um razoável consenso em torno das causas internas como aquelas cujo desvendamento permitiria explicar as origens do conflito, e da economia como a razão mais profunda dessa explicação. A guerra civil resultaria da decisão de uma determinada parte da sociedade em rebelar-se contra o Estado do país, numa lógica dicotómica de procura de algum ganho material ou político, ou de manifestação de um ressentimento (a célebre formulação collieriana do ‘greed or grievance’ – ganância ou ressentimento), sendo

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Weinstein & Francisco (2005). Sambanis (2003: 106-108) discute a aplicação do modelo Collier-Hoeffler (CH) a Moçambique, mas fá-lo com base numa única fonte, precisamente uma versão anterior do trabalho de Weinstein & Francisco. Para uma visão crítica do modelo CH com referência a Moçambique, ver Cramer (2000) e Bertelsen (2005).

<sup>5</sup> De fora fica um terceiro núcleo de questões, relativo à problemática algo diferente do desfecho do conflito (soluções encontradas, impactos pós-conflito, etc.).

<sup>6</sup> A definição mais corrente refere um conflito militar no interior de um território nacional entre o Estado e um ou mais grupos, do qual resulta pelo menos um total de 1000 mortos directos (segundo o critério do COW) ou 25 mortos directos mensais (segundo o critério UCDP/PRIO). Ver, entre extensa literatura sobre esta questão, Collier & Hoeffler (2006), Blattman & Miguel (2009).

claramente motivada mais pelo primeiro do que pelo segundo, e ficando assim garantida uma racionalidade económica da explicação (Collier & Hoeffler 2000).

Esta localização interna das razões do conflito coloca desde logo problemas relativamente à narrativa elementar da guerra civil moçambicana tal como ela é geralmente construída a partir da profusa documentação existente. Segundo esta, a independência de Moçambique inscreve-se numa profunda alteração na geo-política na África Austral em meados da década de 1970, marcada pelo desaparecimento do colonialismo na região, deixando apenas os casos atípicos da África do Sul do ‘apartheid’ e da Rodésia. Para este último país, o Moçambique independente governado por um regime saído directamente do movimento de libertação representava dois perigos fundamentais: por um lado alargava a fronteira rodesiana exposta à infiltração da guerrilha nacionalista, e por outro o vital acesso ao mar através do porto e do Corredor da Beira ficava seriamente ameaçado.<sup>7</sup> Assim, o novo contexto exigia da Rodésia respostas imediatas, tornadas mais urgentes pelo apoio aberto das novas autoridades moçambicanas à guerrilha zimbabweana da ZANLA, e pela adopção, em Março de 1976, das sanções mandatórias das Nações Unidas contra a Rodésia, o que na prática significava um corte radical de relações com aquele país. Rapidamente se desencadeia uma guerra clássica entre os dois Estados.<sup>8</sup> É neste contexto que surge o MNR (Mozambique National Resistance), criado pelo Central Intelligence Office (CIO) rodesiano como força auxiliar das suas tropas.<sup>9</sup> Nesta fase, o MNR tem o papel de combater as forças zimbabweanas baseadas em Moçambique e desestabilizar a faixa central adjacente ao Corredor da Beira.

Esta origem externa do movimento rebelde convive mal com a perspectiva dominante da LQ sobre as causas da guerra civil que, como foi dito, é eminentemente

---

<sup>7</sup> As vias de exportação-importação da Rodésia alternativas a Moçambique, pela África do Sul, significavam em média uma distância quatro vezes maior com o dobro dos custos (Mlambo s/d).

<sup>8</sup> Um relatório das Nações Unidas diz que os ataques rodesianos, no início dirigidos contra campos zimbabweanos no interior de Moçambique, rapidamente evoluíram para operações em larga escala visando não só população civil mas também infraestruturas económicas e sociais. ‘A partir de Maio de 1977 as forças rodesianas passaram a utilizar caças-bombardeiros Mirage e bombas de fragmentação de 100 quilos.’ (ver Borges Coelho 1993: 370-371).

<sup>9</sup> O facto do MNR ter nascido com uma sigla inglesa não é, neste contexto, despiciendo. Sobre a criação do MNR/Renamo e sua actuação nesta fase, ver por exemplo Johnson & Martin (1986), Minter (1994), Vines (1996). O papel da Rodésia na criação do movimento é eloquentemente referido por Ken Flower, o seu criador: ‘(...) o CIO procedeu ao recrutamento de moçambicanos que foram encorajados a levar a cabo as suas próprias acções sem terem de depender do apoio da Rodésia. A surpreendente facilidade com que o Movimento de Resistência Moçambicana se desenvolveu indicava que estávamos na linha certa, particularmente porque o mantivemos pequeno e manuseável clandestinamente durante os primeiros anos, e que ao mesmo tempo servia de olhos-e-ouvidos das nossas Informações em Moçambique’ (Flower 1987: 302).

interna. Se é certo que a presença de forças externas é reconhecida como variável que pode interferir de várias maneiras (financiando o conflito, treinando forças rebeldes, comprando produtos provenientes do saque, etc.), ela nunca é considerada como elemento estrutural dado que tal poria directamente em causa o princípio da ‘rational choice’ e complicaria demasiado a distinção entre conflito entre Estados e guerra civil. Em consequência, na LQ o quadro nacional é quase sempre o quadro mais amplo, e tudo o que o ultrapassa é ‘diminuído’ de modo a caber nele como mais um mero factor, secundário, e por isso tratado de um modo rudimentar.<sup>10</sup>

Evidentemente, por mais conforme que a interpretação da origem rodesiana desta fase do conflito esteja com a evidência histórica, a ser tomada no sentido exclusivo ela deixaria de fora questões importantes. Por mais intensa e militarmente eficaz que tenha sido a ofensiva rodesiana, por si só ela nunca explicaria a adesão rápida de um importante número de moçambicanos ao contingente rebelde. É por isso necessário ter em conta outros factores.

Segundo Gates (2002), a LQ considera como principais variáveis independentes associadas ao risco de ocorrência de guerras civis, a pobreza (falta de oportunidades económicas e baixo nível de desenvolvimento económico), a distância temporal em relação a um conflito anterior, a dominância étnica e, ainda, a instabilidade política.

Relativamente à primeira variável, o modelo Collier-Hoeffler (CH) considera para Moçambique um PIB ‘ligeiramente abaixo da média de outros países em guerra’, num contexto agravado pela estratégia económica da Frelimo, nomeadamente a colectivização da agricultura e nacionalização da comercialização, as perdas derivadas das sanções contra a Rodésia e os limites à migração de mineiros moçambicanos para a África do Sul. Todavia, uma análise cronológica mais rigorosa mostra que, se é certo que o êxodo da população portuguesa é acentuado desde o início, e tem um impacto directo e profundo na economia, por outro lado as medidas económicas tomadas pelo novo governo não podem ser relacionadas desta maneira com o início da insurgência na medida em que só começam a sentir-se na sequência do III Congresso da Frelimo, em Fevereiro de 1977, altura em que o MNR já estava criado.<sup>11</sup> O mesmo argumento vale para o decréscimo do trabalho migratório, uma vez que em 1975 o número de mineiros

---

<sup>10</sup> Por exemplo, Sambanis (2003: 45-46, nota 91), confrontado com a evidência do apoio prestado pela Rodésia ao MNR apressa-se a dizer que ele não resultaria se não fossem as políticas agrícolas falhadas da Frelimo, a intensa repressão política e a ‘dominância dos sulistas’.

<sup>11</sup> Por exemplo, em 1977 havia apenas 30 aldeias comunais concluídas e 105 em formação (Borges Coelho 1993: 334). De facto, só a partir de 1977 este programa se torna significativo, na sequência das cheias de 1977 dos rios Zambeze e Limpopo, e das políticas sistemáticas de reordenamento.

moçambicanos, ao contrário do que é concluído, subiu para mais de 115.000, ao mesmo tempo que o preço do ouro triplicava e Moçambique auferia do rendimento sem precedentes de 50 milhões de libras, facto que ajudou a amortecer os abalos da transição. Só a partir de 1976 é que a África do Sul envereda por uma política de redução progressiva de mão-de-obra (Hanlon 1984: 51). Além disso, o alegado ressentimento social provocado pelo declínio da economia tem de ser analisado no contexto de percepções contrárias, de entusiasmo popular face à independência, e de um elevado capital de popularidade granjeado pelas anunciadas medidas igualitárias do movimento de libertação. Sambanis (2003: 106) ele próprio acaba por ser forçado a considerar que a relação entre a pobreza e o início do conflito é mais complicada do que a aventada pelo modelo CH, concluindo, no ‘refinamento’ por ele proposto, que os recrutas iniciais da Renamo não seriam desempregados mas vítimas da repressão da Frelimo.

A afirmação de Sambanis deve ser analisada no contexto da segunda variável independente do modelo CH, que considera que quanto há menos tempo tiver ocorrido um conflito anterior maior é o risco de surgimento ou de recorrência de uma guerra civil. Ou seja, trata daquilo que podemos considerar como a única porta que é aberta à possibilidade de interferência da história.<sup>12</sup> Mais concretamente, no caso moçambicano, estabelece-se uma relação entre a guerra colonial (que terminou em 1974) e a nova guerra iniciada um ou dois anos depois. O risco de ocorrência do conflito mostrava-se, no modelo CH, particularmente elevado. Relativamente a Moçambique, o contingente do MNR teria sido alimentado por dissidentes da Frelimo descontentes com o domínio do aparelho por parte de ‘gente do Sul’ e por vítimas da repressão desencadeada após a independência, que se refugiaram na Rodésia.

Trata-se de uma questão muito sensível, a merecer sem dúvida muito mais pesquisa.<sup>13</sup> Em presença estão aqui pelo menos três grupos possíveis de actores, nomeadamente os dissidentes históricos da Frelimo, os ‘dissidentes’ produzidos após a independência e os moçambicanos comprometidos com o regime colonial. Quanto aos primeiros, é menos que provável a sua capacidade de constituição de um movimento armado oposto ao novo regime, sobretudo se se tiver em conta que as tentativas de

---

<sup>12</sup> Tal como nota Bertelsen (2005: 7), para Collier, embora a herança colonial possa presumivelmente influir de certa maneira no risco de conflito, tal influência é muito menos importante do que o factor económico. Desta forma ele combate a ‘poluição’ do contexto (Collier *et al.* 2003: 66).

<sup>13</sup> Reconhecidamente, as dificuldades da pesquisa neste domínio derivam em parte da predominância esmagadora de uma narrativa oficial destituída de problematização.

constituição de movimentos políticos alternativos acabavam nesta altura de ser neutralizadas com a prisão e confinamento em campos de internamento dos seus principais dirigentes.<sup>14</sup> Quanto aos segundos, há evidência da adesão de elementos à rebelião sobretudo depois que esta foi desencadeada, nomeadamente na sequência de assaltos e fugas de campos de internamento da Frelimo.<sup>15</sup> Todavia, não é crível que esta componente tivesse peso e organização suficientes para ela própria constituir o núcleo da revolta. Sambanis, corrigindo a interpretação do modelo CH, altera ligeiramente o argumento afirmando que muitos dos recrutas iniciais provinham da diáspora moçambicana na Rodésia, concluindo que ‘a diáspora pode agravar o risco de guerra também ao formar a base dos primeiros recrutas de uma organização rebelde.’ (Sambanis 2003: 106). Mas, apesar de haver na Rodésia uma comunidade moçambicana tradicionalmente importante, e de ali ter nascido uma das organizações nacionalistas mais fortes a integrar inicialmente a Frelimo, é pouco plausível que no seio da diáspora rodesiana, e no quadro do regime vigente, houvesse capacidade, e tão imediata, de organizar uma acção armada.

Assim, a ligação estrutural ao conflito anterior deve ser procurada sobretudo no contexto que a última fase da guerra colonial criou no centro do país, contexto esse caracterizado pela política colonial de africanização da guerra, pelas complexas relações de Moçambique com a Rodésia e o Malawi, e por profundas experiências de engenharia social, reordenamento populacional e criação de tropas étnicas. De facto, por alturas de 1972 a guerrilha nacionalista moçambicana, tendo atravessado o rio Zambeze em Tete, entrava em Manica e Sofala, no centro do país, passando a ameaçar directamente o Corredor da Beira. Desde esta altura até à independência, o centro tornou-se assim no campo de batalha mais sensível de uma guerra colonial em que, do lado português havia mais de 40.000 africanos representando mais de 50% do contingente colonial (Wheeler 1976; Cann 1998; Borges Coelho 2003a). A principal resposta militar portuguesa consistiu na criação de Grupos Especiais formados nos arredores da Beira, altamente bem treinadas e móveis, formados quase exclusivamente por africanos oriundos das regiões onde actuavam. Em 1974, por alturas do golpe de Estado em Portugal que abriria caminho para a independência, havia já 83 companhias de Grupos Especiais e 12

---

<sup>14</sup> Três meses antes da independência, dissidentes importantes como Lázaro Nkavandame, Uria Simango, Joana Simeão e Paulo Gumane encontravam-se já sob detenção em Nachingwea, na Tanzânia, entre centenas de outros. Ver Hoile (1994: 26 e *passim*).

<sup>15</sup> Entre eles, adeptos de seitas religiosas internados, elementos integrantes do levantamento militar de Dezembro de 1975 e, em geral, vítimas da vaga purificadora no seio das forças de defesa e segurança. André Matsangaísa, o primeiro líder do MNR, fugiu ele próprio de um campo de reeducação.

de Grupos Especiais Pára-Quedistas, totalizando milhares de homens, a operar em toda esta região, sobretudo na rota de infiltração entre o sul da província de Tete e o norte de Manica e Sofala, que viria a ser a zona de actuação inicial do MNR.<sup>16</sup> As dificuldades de integração destas forças na nova ordem criada após a independência abriu sem dúvida as portas ao recrutamento de parte delas no processo de criação do MNR.

Relacionada com a questão anterior está a variável do modelo CH relativa à dominância étnica, que manifesta grandes dificuldades de operacionalização. Trata-se de uma matéria muito polémica no interior da própria LQ e que respeita ao potencial de revolta dos grupos étnicos significativos sem acesso ao poder.<sup>17</sup> O modelo CH acha uma correlação positiva entre esta variável e o início da guerra com base no facto do grupo setentrional macua-lomwe ser numericamente superior mas não ter acesso ao poder visto a liderança da Frelimo ser dominada por ‘gente do sul’. Isso ‘teria causado dissidências regionais no movimento de libertação que levaram ao eclodir da guerra civil’.<sup>18</sup> Ou seja, surpreendido pela ausência de uma revolta armada com base na etnia macua-lomwe, que comprovaria a eficácia da variável, o modelo procura uma via indirecta que ligue esta, através da história do movimento de libertação, ao desencadear do conflito. Muito mais promissor seria explorar esta área com base no conceito – mais vago mas ao mesmo tempo mais abrangente – de identidade, para dar conta das tensões regionais que sem dúvida se foram historicamente constituindo, integrando elementos étnico-linguísticos mas também de diferentes velocidades de desenvolvimento e diferentes distâncias relativamente ao poder, articuladas no novo contexto de construção

---

<sup>16</sup> Para esta questão ver, entre extensa literatura, Borges Coelho (1993), Souto (2003), Bernardo (2003) Cann (1998), Rodrigues (1995), Freire Antunes (1995 e 1996), Santos (2008).

<sup>17</sup> A relação entre etnicidade e violência, muito em voga como explicação em certas correntes, constitui um dos pontos mais confusos, polémicos e conceptualmente frágeis da LQ. A teoria baseia-se nos conceitos de ‘dominância étnica’ (relação de poder e tamanho da etnia) e ‘fracionamento étnico’ (heterogeneidade). A principal fonte de dados para as bases, neste campo específico, tem sido o velho Atlas Mundial dos Povos (Atlas Narodov Mira) soviético, de 1964, e em alguns casos o State Failure Project. A confusão instalada neste domínio, aqui apenas a florado, surge bem expressa na dura crítica que transparece das palavras de Laitin & Posner 2001: 13-15: ‘Os utilizadores do índice ELF [Fracionamento Etno-Linguístico, com dados de 129 países] assumem que o índice de fracionamento étnico de um determinado país é fixo, tal como a sua topografia ou a distância que o separa do equador. Na medida em que as fronteiras do país não mudarem, assume-se que os valores do seu ELF permanecem constantes (...). O valor de uma medida ELF ignora a realidade social de que existem múltiplas dimensões de identidade étnica em todos os países, e que a vida política se caracteriza por diferentes níveis de fracionamento em diferentes dimensões (...)’, etc. Os autores concluem que esta suposta medição é como tomar um único valor, por exemplo a taxa de inflação de um país em 1945, e dele deduzir o nível de prosperidade desse mesmo país em 1990. Para uma análise do factor étnico na LQ, ver Woodward (s/d).

<sup>18</sup> Esta aplicação rudimentar da variável no modelo CH é criticada por Sambanis (2003: 40-42, 107), nomeadamente por ser superficial e incidir exclusivamente sobre o maior grupo, por nem sempre ser bem medida, por omitir outros componentes de filiação étnica (como por exemplo a raça ou religião) que podem ser usados para apoiar a acção etnopolítica, por nada nos dizer sobre a transversalidade das clivagens étnicas, religiosas raciais e identitárias em geral, etc.



da identidade nacional (Borges Coelho 2004); e responder à questão central sobre as razões do conflito moçambicano não ter tido por base a etnicidade.

A última variável da LQ, de algum modo associada à primeira, diz respeito à instabilidade política como causa do eclodir de guerras civis. Esta variável não consta explicitamente no modelo CH, mas pode ser associada a uma outra, secundária, denominada 'democracia'. Basicamente, esta é formulada da seguinte maneira: imediatamente a seguir à independência, Moçambique era caracterizado por um regime não-democrático e o MNR teve origem nos grupos reprimidos por esse regime, embora fosse mais motivado pela procura de benefícios materiais do que por ressentimentos. Sambanis considera esta leitura inconsistente, afirmando que embora a repressão governamental tenha provocado ressentimentos, tal poderá não constituir uma motivação directa para a violência, permanecendo eventualmente esta na perspectiva de melhorar as condições materiais de vida. Além disso, propõe uma nova variável, não inscrita no modelo CH mas 'de possível interesse para o início da guerra civil', que denomina 'incapacidade do Estado para controlar todo o território'. Segundo esta, enquanto movimento de libertação a Frelimo mal havia penetrado no território antes de tomar o poder, o que significa que quando se tornou governo teve de preencher o vazio deixado pelos portugueses sem todavia estar capacitada para gerir o território. Esta incapacidade teria sido presumivelmente ampliada pela repressão exercida sobre todos quantos tinham ligações ao regime colonial, incluindo os membros das forças de segurança coloniais 'que se fossem aliciados poderiam ter ajudado [a combater o MNR] (e de facto muito provavelmente não teria havido guerra civil)' (Sambanis 2003: 108).

Esta é sem dúvida uma das questões mais complexas de analisar. Sem dúvida que se têm de ter em conta as dificuldades de gestão do país (incluindo o território) num contexto de hostilidade regional, de retirada abrupta dos quadros mais qualificados e de profunda transformação e vulnerabilização da economia, enfim, de repressão e internamento em campos de reeducação de muitos grupos comprometidos com o regime colonial, dissidentes políticos, religiosos, desempregados, vítimas do afã persecutório derivado de uma perspectiva de pureza política e ideológica, ou então do arbítrio de guerrilheiros imprevistos. Todavia, esta perspectiva ignora grosseiramente o grande capital de popularidade detido pelo novo regime saído directamente da guerra de libertação (Egerö 1987), e na sua leitura redutora ignora o complexo papel jogado neste contexto pelas relações Frelimo-Estado. O desrespeito pelo contexto vai até à posição ingénua e conservadora de considerar acriticamente que a possibilidade de inclusão de

forças altamente preparadas pelo regime colonial para combater a guerrilha nacionalista precisamente nas forças governamentais moçambicanas, e isso num contexto regional altamente hostil, seria uma solução para evitar a guerra civil. Finalmente, sem dúvida que a fragilidade do Estado pode ser associada à sua incapacidade de resposta em termos de repressão da guerrilha do MNR, dado que nos primeiros anos da independência o novo regime experimentou severas dificuldades em transformar a sua força guerrilheira num exército convencional eficaz, e isso debaixo do fogo directo da Rodésia (Borges Coelho & Macaringue 2004). Todavia, é inegável que em 1979-1980 a morte do líder do MNR André Matsangaiza, a independência do Zimbabwe e as ofensivas militares governamentais na Gorongosa e em Manica levaram o MNR à beira do aniquilamento.

Relativamente ao ciclo do início da guerra (no caso de Moçambique particularmente nítido, entre 1976 e 1980), é portanto muito difícil achar que a LQ, e em particular o modelo CH, tenha produzido perspectivas estimulantes. As grandes variáveis independentes ignoram o contexto,<sup>19</sup> ou são cronologicamente disléxicas (caso do impacto social do declínio económico nesta fase), ou são redutoras e de pouca consistência (caso de toda a análise relativa ao desempenho do novo regime), ou ainda praticamente incompreensíveis (caso da dominância étnica); e quando a inferência parece acertada, como no caso da proximidade com o conflito anterior, é-o pelas razões erradas.

Alguns autores do campo da LQ procuram atenuar as dificuldades mais gritantes da aplicação do modelo CH ao caso moçambicano. Sambanis (2003) propõe a diáspora como fonte de recrutamento do MNR, reduz o papel da Rodésia a factor substituto da pilhagem interna (pagando o preço de um sério erro metodológico de confusão voluntária de variáveis para poder manter internalizada a origem do conflito), e finalmente propõe a introdução de novas variáveis ('actores externos', 'Guerra Fria', '*disenfranchisement* e repressão de beneficiários coloniais', 'incapacidade do Estado para controlar o território'). Weinstein & Francisco (2005) mostram-se mais atentos ao chamado factor externo e reconhecem que sem informação mais rigorosa é impossível examinar sistematicamente muitas questões, embora no final integrem da mesma

---

<sup>19</sup> Existe uma outra variável do modelo CH que considera a baixa percentagem de frequência escolar entre jovens masculinos como factor de descontentamento ou indigência que encontra uma correlação positiva no caso moçambicano logo após a independência, variável essa que ignora por completo o contexto da transição. De facto, o declínio da percentagem corresponde à saída da população europeia, e uma vez que os jovens africanos praticamente não tinham acesso à escolaridade no tempo colonial, para eles a situação só pode ter melhorado.

maneira o ‘apoio externo’ na ‘pilhagem de bens’ para que a endogenia do modelo CH permaneça preservada.

### 3. Duração e Transformação

Quando um grupo inicia uma rebelião armada não se põe a si próprio a questão de quando e como esta irá terminar. Collier, Hoeffler & Söderbom (2001: 17) afirmam, nesta base, que ‘a duração do conflito é determinada por um conjunto de variáveis substancialmente diferente das que determinam o seu início’, e a aceitação deste princípio tem levado a que os dois momentos tenham vindo a ser estudados cada vez mais em separado.<sup>20</sup>

Relativamente às variáveis independentes da prevalência dos conflitos, são normalmente salientadas as características geográficas do terreno, o fraccionamento social (étnico e religioso) e as oportunidades económicas do prosseguimento das hostilidades. Embora menos consensual, a interferência de actores externos tem vindo cada vez mais a ser tida em conta (Elbadawi & Sambanis 2000a).

Esta última continua a ser central na narrativa elementar do caso moçambicano. De facto, nas vésperas da independência do Zimbabwe, reduzido a cerca de 300 guerrilheiros, o MNR estava praticamente extinto. A sua sobrevivência ficou a dever-se à introdução de um novo actor no processo, a África do Sul,<sup>21</sup> que através da ‘Operação Mila’ transferiu para o nordeste do seu território o que restava do aparelho do MNR na extinta Rodésia, enquanto os guerrilheiros se concentravam na região montanhosa de Sitatonga. Todavia, no ano seguinte a Renamo operava novamente no interior de Moçambique com um contingente de milhares de homens.

Para compreender o apoio sul-africano e um ressurgimento tão pujante do movimento rebelde é necessário considerar a África do Sul não estaticamente mas em mudança profunda e em confronto directo com os países de maioria negra, que se organizam em torno da Linha da Frente e da SADCC para lhe fazer frente. Botha

---

<sup>20</sup> Embora aceitando esta separação no caso das determinantes dos dois processos serem claramente distintas, Elbadawi & Sambanis (2002: 307-308) apresentam um conjunto de razões técnicas e práticas pelas quais eles deviam ser vistos em conjunto. Collier *et al.* (2003: 80) consideram a prevalência da guerra civil mais difícil de investigar estatisticamente do que o início, pois que enquanto este compara países em guerra e em paz, aquela recorre a uma variação muito mais limitada entre países em guerra.

<sup>21</sup> Até então a África do Sul havia desempenhado um papel algo secundário, limitado a um endurecimento nas relações económicas com Moçambique e a uma colaboração discreta no esforço de guerra rodesiano. Para o apoio sul-africano à Renamo, cf., entre extensa literatura, Vines (1996), Martin & Johnson (1986), Minter (1994), Davis (1985).

substitui Vorster na condução do país e os militares radicalizam-se no quadro da ‘Estratégia Total’, concebida a partir de 1977 para garantir a ‘sobrevivência da nação branca’ face àquilo que era visto como o avanço comunista na África Austral. Neste período, os militares sul-africanos tornam-se dominantes e influem pesadamente na relação com os países vizinhos. Desenvolvem a indústria militar (entre 1978 e 1985 as despesas militares mais que duplicaram), criam batalhões étnicos e regimentos de reconhecimento – Recces – integrando ‘dissidentes’ de toda a região da África Austral. Em relação a Moçambique, esta atitude levou a um ‘investimento’ maciço na recuperação do MNR/Renamo.<sup>22</sup> Por sua vez, para compreender a complacência ocidental face a esta radicalização sul-africana é preciso ter em conta o contexto internacional da Guerra Fria e o endurecimento das posições norte-americanas já a partir da fase final da Administração Carter, e sobretudo com a entrada em cena de Ronald Reagan (Minter 1994). Juntamente com o Irão, o Afeganistão e o Corno de África, a África Austral torna-se nesta altura num cenário do confronto entre os dois blocos.

Enquanto que o interesse da Rodésia havia incidido sobre um espaço moçambicano relativamente circunscrito (o Corredor da Beira e áreas fronteiriças de Manica e Gaza onde se concentravam os nacionalistas zimbabwuanos), a África do Sul utiliza a ‘nova’ Renamo tendo em vista objectivos muito mais amplos. Continua certamente a visar o Corredor da Beira (‘satisfazendo’ assim a Renamo e assegurando ao mesmo tempo que o Zimbabwe continue a depender das vias de escoamento sul-africanas), mas, mais do que isso, visa a substituição do regime moçambicano, pressionando o país inteiro e em particular a capital. Todavia, ao contrário da Rodésia, a África do Sul vai pretender cada vez mais, não uma força auxiliar mas um movimento progressivamente autónomo e com objectivos políticos próprios.

Entre 1982 e 1983 a ofensiva da Renamo chegou praticamente a todas as zonas do país, com excepção de algumas áreas de Cabo Delgado.<sup>23</sup> Infiltrando-se a partir da fronteira ou transportados por helicópteros, os guerrilheiros refazem a rota desde a fronteira de Pafúri para o Sul de Manica e o centro do país. Em 1982 estão já novamente no Corredor da Beira e na Gorongosa, de onde prosseguem para Tete (em Junho ocorrem as primeiras emboscadas na estrada Chimoio-Tete). A rapidez com que se

---

<sup>22</sup> Para o apoio sul-africano à Renamo, cf., entre extensa literatura, Vines (1991) e Martin & Johnson (1986), Minter (1994), Davis (1985), Oliveira (2006), Africa Watch (1992). Para as operações militares da ‘Estratégia Total’, cf. Stiff (1999).

<sup>23</sup> O Projecto da História Social da Guerra, do Departamento de História da UEM, dá alguns passos no sentido de cartografar detalhadamente a progressão da Renamo no território, a partir de testemunhos ao nível distrital e local.

instalam nesta região pressupõe linhas de infiltração não só a partir de Manica e Sofala mas também do Malawi. Ao mesmo tempo, em meados de 1982 atravessam o rio Zambeze e penetram na zona ocidental da província da Zambézia, ocupando várias sedes distritais e estabelecendo bases importantes (Mureremba, Eruruni, Alfazema e Muaquiwa<sup>24</sup>). No início de 1983 entram em peso na província de Nampula e progredem para a província de Niassa. Em 3 de Fevereiro de 1984, a linha férrea que liga Nampula a Lichinga é atacada pela primeira vez, ficando seriamente afectado o Corredor de Nacala. Ao mesmo tempo, no sul do país, a Renamo progride rapidamente a partir de Vilanculos e ao longo da costa, num movimento facilitado pela grande seca de princípios da década de oitenta, que despovoou vastas regiões do norte da província de Inhambane. No início de 1982 está já próxima de Inhambane e evolui velozmente para sul com forças bem equipadas de bazucas, morteiros e armas automáticas, e deparando com uma fraca resistência governamental. Ao mesmo tempo, a maior parte da província de Gaza, no interior, passa a ser alvo de ataques que afectam a região fértil do vale do rio Limpopo e a estrada nacional que liga o país de norte a sul. Também a partir de 1982 a Renamo passa a actuar em toda a fronteira meridional com a África do Sul, e as suas bases Matsequenha e Kwahla servem de suporte ao cerco a Maputo, capital do país.

Esta progressão rápida e simultânea da Renamo numa extensão ampla como o é a totalidade do território moçambicano levanta muitas questões. Desde logo, coloca o factor geográfico de uma maneira substancialmente diferente daquela que é posta pela LQ.<sup>25</sup> As variáveis que esta discute em relação à geografia limitam-se ao factor positivo para a evolução militar dos rebeldes que pode ser representado pela cobertura florestal e pela configuração montanhosa do terreno.<sup>26</sup> Todavia, esta capacidade da guerrilha de, no curto espaço de tempo de dois anos, poder chegar ubiquamente a toda a parte, e com tal intensidade e eficácia, levanta possibilidades que estão para além da mera configuração física do território, numa dimensão espacial que se liga necessariamente tanto à própria coreografia da guerra e dos seus combates como à perspectiva estratégica e tática sul-africana interessada nos corredores económicos (Beira, Nacala e Limpopo) para inviabilizar a economia, em determinados pontos da costa (para o

---

<sup>24</sup> Muaquiwa, por exemplo, é descrita como uma base enorme e estrategicamente muito importante, com grandes machambas que a população cultivava. Por vezes aterravam ali aviões sul-africanos com abastecimentos. Havia nesta base instrutores sul-africanos.

<sup>25</sup> Para uma elaboração do factor espacial no interior da LQ ver por exemplo Fearon & Laitin (2003), e Chojnacki & Metternich (2008).

<sup>26</sup> Tanto a cobertura florestal como o terreno montanhoso são medidos percentualmente em relação à superfície total do país. Para a definição ver apêndice em Collier, Hoeffler e Söderbom (2001).

abastecimento dos guerrilheiros), e no cerco das principais cidades, nomeadamente a capital. Este factor, associado à intensidade e eficácia com que a ofensiva é levada a cabo, não só colocam muitas dificuldades à possibilidade de criação endógena do movimento (caso em que a sua evolução teria de ser muito mais lenta e circunscrita a determinados pontos do território, nunca à sua generalidade) como alimentam uma explicação exógena que está em harmonia com a motivação sul-africana tal como foi apresentada, e com a evidência factual do abastecimento da Renamo por meio de helicópteros e desembarques costeiros, da presença de instrutores e forças especiais nas bases, e do sofisticado sistema de comunicações com a rectaguarda sul-africana.<sup>27</sup> Embora a configuração do terreno tenha influência nas operações militares, o factor geográfico inclui muito mais elementos, e certamente não pode ser avaliado de maneira tão simplista e abstracta.<sup>28</sup>

Novamente, esta perspectiva não contradiz o argumento dos factores internos. Pelo contrário, a face complementar da rapidez da progressão da guerrilha deve ser explicada pela dificuldade governamental em responder-lhe e, agora sim, pelo impacto social e económico interno profundamente negativo da estratégia de desenvolvimento adoptada, e das políticas que a materializaram sobretudo a partir da entrada na década de 1980. Resumidamente, essa estratégia assentou numa perspectiva dualista e altamente centralizada, em que o esforço do investimento era canalizado para o sector estatal considerado moderno e com alegado potencial de vir a ser o motor do desenvolvimento, negligenciando-se a massa de pequenos camponeses que constituíam a esmagadora maioria da população, já de si fragilizada pela ruptura da rede comercial e por anos seguidos de desinvestimento. À entrada de 1983 as exportações nacionais haviam caído para metade, as importações haviam baixado em um terço, sendo o valor das segundas cinco vezes mais que o das primeiras (Castel-Branco 1994). Os resultados desastrosos da estratégia de desenvolvimento, associados aos devastadores efeitos da guerra e da seca, instalam uma crise profunda. Cada vez mais o mundo rural se torna num espaço paradoxal em que convivem a violência da guerra com um reordenamento populacional acelerado e autoritário levado a cabo pela Frelimo e pelo Estado,<sup>29</sup> que fragiliza a

---

<sup>27</sup> Evidência reforçada pelo seu reconhecimento implícito por parte das próprias autoridades sul-africanas do apartheid em período posterior. Ver, por exemplo, Davis (1985) e Stiff (1999).

<sup>28</sup> O modelo CH deduz uma correlação positiva, embora o terreno montanhoso seja reduzido (2,4% da área total) comparado com a média de países em guerra (24,9%) e em paz (15,2%). Sambanis (2003).

<sup>29</sup> Entre 1978 e 1982 a população abrangida pelo reordenamento das aldeias comunais praticamente duplicou, passando de 1.160.437 a 1.808.693 pessoas, e a perspectiva era de abranger cerca de 6.500.000 até 1985 (Borges Coelho 1993: 345; 361).

estrutura organizativa e produtiva da sociedade rural sem concretizar a alternativa prevista; cada vez mais esse mundo se constitui como um espaço violento que resvala para a margem.<sup>30</sup>

Em finais de 1983 a Renamo é já muito diferente do velho MNR rodesiano. Com eficácia militar e uma retórica de protesto, vai criando bolsas de apoio social e consolida-se no território, cresce em número. O recrutamento e financiamento são elementos essenciais da variável da LQ sobre a duração do conflito que estão ainda longe de ser totalmente esclarecidos. Todavia, a informação que existe afasta-se da simplicidade das explicações resultantes da aplicação do modelo CH. As perspectivas económicas progressivamente bloqueadas das comunidades rurais, assim como a resposta a esta realidade e a um discurso modernista do Estado que reprime os valores tradicionais (Geffray 1991, McGregor 1998) são evidentemente factores a ter em conta, mas sempre inscritos num quadro em que a violência é o mecanismo essencial de recrutamento, e em que o crescendo das possibilidades da guerrilha corresponde ao aumento das suas áreas de operação;<sup>31</sup> mecanismo essencial, também, do seu financiamento, que além da componente externa, sobretudo sul-africana, se baseia na extorsão e na extracção de recursos por meio da pilhagem nas aldeias e localidades, e das emboscadas e transacções fronteiriças que é ainda preciso circunscrever e detalhar.<sup>32</sup>

O Acordo de Nkomati,<sup>33</sup> celebrado entre Moçambique e a África do Sul em Março de 1984, pode bem servir de marco simbólico neste processo contínuo de ‘internalização’ da Renamo. Na sequência deste acordo a África do Sul é forçada a um envolvimento mais discreto, embora sempre presente e eficaz (Davis 1985), que,

---

<sup>30</sup> Estas duas linhas de explicação são poderosas, e estruturaram mesmo o debate sobre o conflito moçambicano, opondo os defensores da guerra enquanto agressão e desestabilização àqueles que davam cada vez mais importância ao impacto negativo das políticas do Estado. Ver, a este respeito, um célebre debate na *Southern African Review of Books*, envolvendo Clarence-Smith (1989), Roesch (1989), Cahen (1989), Minter (1989), etc.

<sup>31</sup> Sobre a violência do conflito, e a violência como método de recrutamento, ver entre extensa literatura, Minter (1994), Gersony (1988), Vines (1996), Geffray (1991), Nordstrom (1997), Finnegan (1992), Borges Coelho (2003b). A ‘adesão’, embora trazendo consigo perspectivas de acesso a recursos, é sempre cândida e esmagadoramente explicada pelos próprios ‘aderentes’ como forçada.

<sup>32</sup> Gastrow (2001), por exemplo, procura traçar o quadro deste tipo de transacções na África Austral, observando que a partir de meados de 1980 se estabeleceu uma nova ligação entre grupos dos países vizinhos e a África do Sul com base no tráfico de produtos como marfim, drogas, minerais, corno de rinoceronte, mercadoria vária, em troca por bens diversos. Este comércio terá existido também com outros países com fronteiras com Moçambique, como o Malawi. Sobre a extorsão, por exemplo Vines (1998).

<sup>33</sup> O acordo, descrito como de não-agressão e boa vizinhança, prescrevia fundamentalmente que Moçambique deixava de apoiar e dar guarida ao ANC sul-africano e a África do Sul faria o mesmo em relação à Renamo. Ver Armon, Hendrickson & Vines (1998).

levando à diversificação dos apoios políticos e materiais da Renamo em sectores conservadores dos EUA, da Europa e de países da região (Vines 1996), e a uma maior autonomia política, ajudam a que o movimento atinja a sua 'maioridade'. Ao contrário do esperado, o conflito sobe de intensidade e internacionaliza-se com o envolvimento militar do Zimbabwe (sobretudo no corredor da Beira mas também na via férrea do Limpopo e no corredor rodoviário de Tete), da Tanzania (na Zambézia) e do Malawi (corredor de Nacala) ao lado das tropas moçambicanas.<sup>34</sup> A Renamo consolida as suas posições no território como as manchas da pele de um leopardo, provocando e alimentando-se de micro-conflitos locais, uns antigos, outros relacionados com tensões entre a tradição e a modernidade, com o acesso à terra, etc.<sup>35</sup> Muitos destes micro-conflitos são recuperados no pano de fundo do conflito maior e incorporados na retórica política da Renamo, outros gravitam simplesmente em volta dele. Nos termos da definição clássica, é a partir desta altura que se pode falar verdadeiramente em guerra civil.

Um dos problemas mais sérios da LQ está na necessidade intrínseca que tem de simplificar o número de actores, e também de os imobilizar para poder obter os valores absolutos que alimentem as operações estatísticas. A 'população' é transformada em categoria singular, destituída de diversidade para além de uma curiosa classificação étnico-territorial, incapaz de evolução ao longo do processo. Essa categoria é reduzida ao papel de vítima (que justamente é), sendo-lhe com isso negado o papel de agente no processo. E todavia seria mais produtivo indagar as estratégias diversificadas que esta procura para responder à guerra e à violência, estratégias essas que não se limitam a escolhas ideológicas e têm por base a sobrevivência.

Da mesma forma, o Estado é no modelo CH uma entidade simples, destituída das complexas relações com o Partido Frelimo, e a sua acção é tida como meramente repressiva. A sua natureza contraditória – autoritária e ao mesmo tempo popular – escapa ao crivo, o mesmo acontecendo com a profunda transformação ao longo deste período, iniciada com as medidas do IV Congresso da Frelimo em 1983, e prosseguida com as infrutíferas tentativas de convívio com a África do Sul em 1984, e com o

---

<sup>34</sup> Para o envolvimento zimbabweano, iniciado em Dezembro de 1984 e de longe o mais importante, ver Mlambo (s/d). Alguns autores concedem particular atenção à internacionalização dos conflitos (Elbadawi 1999; Elbadawi e Sambanis 2000). Todavia, tratam-na sempre como variável endógena que por efeito de 'contágio' ou 'difusão' atinge países vizinhos (Sambanis 2003: 43-44; Kalyvas, Wood & Bell 2007).

<sup>35</sup> A partir das suas deambulações pelo país em guerra, Finnegan (1992:71) observou que 'a natureza da guerra é tão diferente de região para região que pode ser enganador falar apenas em Renamo'.



processo de reformas internas na sequência da abertura ao Ocidente, do abandono progressivo do modelo socialista (apesar da retórica de continuidade) e de adesão aos programas de ajustamento estrutural em 1987, portanto ainda em plena guerra. Uma transformação que resulta, e ao mesmo tempo influi no curso dela.

À entrada da década de 1990, a guerra civil encontra-se num impasse que, se do ponto de vista militar é real, numa perspectiva mais geral é apenas aparente. É que entretanto os actores sofreram profundas mudanças na sua natureza, levando em consequência à reconfiguração das suas relações aos diversos níveis. Desde logo, ao nível global da Guerra Fria e ao nível regional. De facto, é preciso ter em conta que se 1989 foi o ano da queda do Muro de Berlim, foi também o ano da subida de de Klerk ao poder na África do Sul, e de início do desmantelamento do regime do *apartheid*. E, por uma vez, essas transformações vão no mesmo sentido de uma diâmica interna da qual fazem parte, sobre um tecido exausto pela guerra, exigências sociais e humanitárias, vontade política, necessidade económica e interesses empresariais em relação à paz.

A interpretação da guerra exige pois extremas sensibilidade e atenção para a multiplicidade de actores e respectivas transformações no eixo do tempo, de que resulta uma permanente reconfiguração das suas relações. Uma leitura diacrónica e sincrónica que a parafernália de correlações binárias, coeficientes de Gini e relações ‘diádicas’ da LQ não nos consegue dar. O chamado ‘caso’ a ser estudado não se traduz em dados dispersos e fragmentados, mas antes numa narrativa elementar, sempre em construção e portanto sempre polémica, construção essa de que faz parte um rigor de informação e um depuramento das interferências políticas e ideológicas. Uma narrativa que avança com o acumulo de conhecimentos e que integra no seu corpo uma racionalidade própria constituída pela actividade e opções dos seus agentes e pelos diversos contextos em que estas são levadas a cabo. Este conjunto de elementos é melhor apreendido pelas categorias de processo ou de dinâmica, no sentido que lhes conferem Kalyvas, Wood & Bell (2007).

#### 4. Conclusão

Aquilo que aqui foi designado de LQ é um corpo complexo e muito diverso. Todavia, podem descortinar-se no conjunto de perspectivas que o integram algumas características comuns. Em primeiro lugar, a racionalidade operativa, que consiste em reduzir processos sociais da guerra a conjuntos de dados supostamente objectivos para,

através da sua combinação estatística, se descobrirem tendências probabilísticas gerais a partir das quais se constroem variáveis independentes que se considera poderem interpretar o sentido de conflitos passados e prever conflitos futuros. Uma segunda característica, que embora não exclusiva é dominante, está no primado da explicação económica e na econometria como técnica de eleição.

Esta racionalidade levanta dúvidas metodológicas importantes. Desde logo quanto ao rigor e qualidade dos chamados dados empíricos, que surgem muitas vezes eivados de erros grosseiros ou codificados segundo critérios duvidosos. Os exemplos são numerosos. Fearon (2002 Apêndice 2), considera que o conflito moçambicano ocorreu entre 1976 e 1995 (ignorando o cessar-fogo definitivo de Outubro de 1992), e que a guerra colonial ocorreu entre 1965 e 1969, considerando esta última como um conflito interno de Portugal. O mesmo critério é seguido na classificação da base UCDP/PRIO, que considera a guerra colonial como conflito menor em 1964-1965, intermédio em 1966-1971, e de guerra propriamente dita em 1972-1973 (Strand, Wilhelmsen & Gleditsch 2002).<sup>36</sup> Enfim, Collier, Hoeffler & Söderbom (2001) atribuem à guerra colonial as datas 1964-1975 (ignorando o cessar-fogo em 1974). Alguns autores manifestam certa inquietação face a estes problemas, sugerindo novos processos de recolha<sup>37</sup> e revisitações mais cuidadosas dos chamados estudos de caso (Sambanis 2003; Gates 2002; Blattman & Miguel 2009; Mack, Humphreys & Weinstein 2004), reconhecendo que as variáveis binárias das bases quantitativas não permitem perceber os contextos, discutindo problemas conceptuais da codificação e mesmo afastando variáveis que ‘não merecem ser levadas a sério’ (Hegre & Sambanis 2005).<sup>38</sup>

Mesmo dando de barato o rigor dos ‘dados’, há ainda que questionar o sentido mais geral do desmembramento de processos sociais reais e da sua redução a séries de dados. Os problemas contextuais são múltiplos, aos níveis temporal e espacial. As tentativas de os resolver por meio do estabelecimento de séries temporais (em muitos casos quinquenais) são pouco convincentes dado que os cortes não correspondem a critérios de periodização. No caso da aplicação do modelo CH a Moçambique, a única distinção temporal traçada é a vaga separação entre início e prevalência do conflito.

---

<sup>36</sup> Se é certo que a guerra se agravou em 1972 com a abertura da frente de Manica e Sofala, é preciso ter em conta que em 1971 ela já fazia mais de 1000 mortos por ano (ver Borges Coelho 1993: 183).

<sup>37</sup> Weinstein & Francisco (2005: 186 e segs) sugerem uma recolha diária de informações dos jornais ao longo dos anos de guerra. Os problemas com este tipo de soluções são evidentes.

<sup>38</sup> Nas palavras de Sambanis (2003: 56), ‘Os estudos de caso podem ajudar a corrigir os erros de medição e a melhorar a conceptualização e medição das variáveis utilizadas para testar as hipóteses construídas a partir da teoria nos estudos quantitativos. Os estudos de caso podem também ajudar-nos a construir modelos teóricos melhores’.

São estes dados que, agrupados em séries, constituem o ‘fast food’ da teoria. São os dados relativos a cada ‘unidade’ (cada conflito ou cada país representa uma ‘unidade’) que, relacionados entre si por meio de complexas fórmulas de cálculo probabilístico, permitem validar as variáveis independentes, ou seja, as frases do texto da teoria. Esse texto tem assim origem já não directamente na realidade dos processos mas nesta intermediação, no decorrer da qual se perde a racionalidade intrínseca daqueles, que pré-existe à operação da explicação. O sentido da interacção entre fenómenos e actores desaparece, substituído pelo novo sentido que o investigador quiser imprimir.<sup>39</sup> E este novo sentido é obtido, em grande parte da LQ, no âmbito exclusivo de um suposto triunfo da economia sobre as outras disciplinas,<sup>40</sup> não da economia em geral mas de uma economia neo-clássica baseada no indivíduo singular que opta racionalmente pela guerra na base dos seus interesses. Como diz Cramer (2000: 11), assistimos a uma mudança da explicação dos conflitos, da perspectiva romântica das grandes motivações para o cinismo dos interesses, no acto ficando as causas reduzidas a ‘abstracções ahistóricas e funcionais’.<sup>41</sup>

No caso do conflito moçambicano, para além da falta de rigor da informação,<sup>42</sup> o problema é estrutural pois a ortodoxia da explicação económica endógena impede a apreensão da importantíssima dinâmica externa que gera e está presente ao longo de todo o conflito;<sup>43</sup> a perspectiva diádica impede a apreensão do número de actores; o ‘congelamento’ destes impede a visão da sua transformação ao longo do conflito e de como esta dita a reconfiguração permanente das relações entre eles; a perspectiva do país como uma unidade homogénea impede-nos de ver as complexas variações territoriais. No conjunto, o resultado é aquele que referem Kalyvas, Wood & Bell

---

<sup>39</sup> Existem já casos radicais de aplicação de variáveis num mundo virtual, por exemplo para mostrar como a etnicidade e o nacionalismo jogam um papel importante na produção de conflitos. Cederman & Gerardin (2007: 12) desenvolvem mesmo um programa computacional que facilita a modelação, simulação, análise e validação de processos sociais complexos com incidência especial nas guerras civis. Além disso permite inscrever no modelo factos empíricos para calibrar os ambientes e mecanismos nos níveis apropriados de realismo. Estamos já no mundo asséptico de um país virtual e dos video-jogos, um mundo liberto da poluição da realidade.

<sup>40</sup> O ‘triunfo’ da economia surge em todo o seu esplendor nas palavras de Jack Hirschleifer (citado em Cramer 2000): ‘À medida que explorarem este continente [dos conflitos], os economistas cruzar-se-ão com um certo número de tribos nativas – historiadores, sociólogos, psicólogos, filósofos, etc. – que, nas suas diversas formas intelectualmente primitivas, nos precederam no reconhecimento do lado escuro da actividade humana. Mas sempre que nós, os economistas, nos envolvemos, varremos evidentemente para longe estes aborígenes a-teóricos.’

<sup>41</sup> Sobre a crítica geral da perspectiva colleriana, ver Ballentine & Sherman (2003), Malone & Nitzschke (2005), Mkandawire (2002), Cramer (1997, 2000) e Woodward (s/d).

<sup>42</sup> Muitas vezes, suspeitamos mesmo, os dados são ‘massajados’ para caber na teoria.

<sup>43</sup> Para novas perspectivas de integração do factor externo, ver por exemplo Lockyer (2008); Garfinkel, Skaperdas & Syropoulos (2005).

(2007: 1-2), quando dizem que ‘estes trabalhos resultam em modelos essencialmente formais e altamente abstractos, cujo principal problema está no facto dessa abstracção ser obtida muitas vezes à custa de suposições irrealistas derivadas frequentemente de analogias económicas cuja operacionalização empírica se revela difícil de levar a cabo.’ Ou seja, onde esperávamos cinema surge-nos uma desarticulada sucessão de maus retratos que dificilmente remetem para o real.

Procurando na objectividade dos números fugir às crenças que toldam o trabalho do investigador, a LQ acaba ironicamente por se deixar prender por elas, transmitindo-nos a estranha e contraditória sensação de uma tecnologia ‘high tech’ accionada por uma concepção neo-clássica de sabor a século XIX colonial. Exemplo disso é a visão de grupos étnicos ou religiosos medidos por número de cabeças e arrumados em territórios claramente circunscritos, movimentos colectivos agindo como um só indivíduo irado e ganancioso, com o Estado atrás sempre reprimindo – tudo isso transmitido por uma terminologia merecedora de um estudo semiótico.<sup>44</sup>

O distanciamento do real e a perspectiva altamente conservadora destes estudos com a chancela de universidades prestigiadas e de organismos com a importância do Banco Mundial não surpreendem se tivermos em conta a génese da própria LQ. Parecendo nova, ela corresponde todavia a um velho olhar do Norte sobre a atávica barbárie do Sul, uma tentativa de explicar esta por meio da antiga conflitualidade das suas formas de organização social e da moderna ganância, e cujo interesse relativamente à violência dos conflitos em países distantes equivale ao receio de que esses mesmos conflitos acabem por ter impacto também no Norte. No fundo, na sua maioria, a LQ é uma deriva que se dedica a um laborioso exercício mas que desistiu das verdadeiras explicações. Falta-lhe aquilo a que Theda Skocpol chamou de ‘imaginação histórica’, e tudo isto não seria motivo de preocupação se não se desse o caso de ela informar muitas decisões políticas importantes relativamente ao fenómeno dos conflitos. Decisões que afectam o seu curso e o seu desfecho.

---

<sup>44</sup> Exemplos são a utilização do termo ‘díade’ (pedido de empréstimo à citologia, onde significa cada um dos cromossomas duplos na divisão reducional do núcleo celular) aplicado à relação entre o Estado e os rebeldes; a visão do processo como um ‘puzzle’; a violência atávica das sociedades africanas; e os números, sempre os números e as fórmulas para emprestar à interpretação uma aparência de cientificidade.

## Referências

- Africa Watch, 1992: *Conspicuous Destruction: War, famine & the reform process in Mozambique*, New York: Human Rights Watch.
- Armon J, D Hendrickson & A Vines (eds), 1998: *The Mozambique Peace Process in Perspective*, Londres: Accord – An International Review of Peace Initiatives, Nº 3.
- Ballentine K & J Sherman, (eds), 2003: *The Political Economy of Armed Conflict*, Londres/Boulder: Lynne Rienner.
- Bernardo, MA, 2003: *Combater em Moçambique. Guerra e Descolonização (1964-1975)*, Lisboa: Prefácio.
- Bertelsen BE, 2005: 'War, Peace and Development in Mozambique: A critical assessment', Peace Building and Post-War Aid Workshop, Bergen: CMI, Junho.
- Blattman C & E Miguel, 2009: 'Civil War', *Centre for Global Development*, Working Paper Nº 166, Março.
- Borges Coelho JP & P Macaringue, 2004: 'The Role of Mozambique's Armed Forces in a Changing Security Context', in Peter Batchelor, Kees Kingma & Guy Lamb (eds), *Demilitarisation and Peace-Building in Southern Africa. Vol III: The Role of the Military in State Formation and Nation-Building*, Hampshire UK: Ashgate.
- Borges Coelho JP, 1993: 'Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982). A History of State Resettlement Policies, Development and War', Bradford: Universidade de Bradford (tese de doutoramento).
- Borges Coelho JP, 2003a: 'Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta. Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas', *Lusotopie*.
- Borges Coelho JP, 2003b: 'Antigos Soldados, Novos Cidadãos: Uma Avaliação da Reintegração dos Ex-Combatentes de Maputo', in B Sousa Santos & JC Trindade (eds), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justças em Moçambique*, Porto: Afrontamento.
- Borges Coelho JP, 2004: 'Violent Possibilities: State Identity and Conflict in Mozambique', 2nd Workshop of the Research Network 'From Inequality to Insecurity? The Place of Crime and Violence in Development Thinking and Action', Lisegaarden (Dinamarca), 23-25 de Setembro.
- Cahen M, 1989: 'Is Renamo a Popular Movement in Mozambique?', *Southern African Review of Books*, Dezembro.
- Cann JP, 1998: *Contra-Insurreição em África (1961-1974): O Modo Português de Fazer a Guerra*. Estoril: Atena.
- Castel-Branco CN, 1994: 'Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário', in CN Castel-Branco, *Moçambique – Perspectivas Económicas*, Maputo: UEM/FFE.
- Cederman L-E, L Girardin & A Wimmer, 2006: 'Getting Ethnicity Right. An Expert Survey on Power Distributions Among Ethnic Groups', [http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/wimmer/ESEG\\_APSA\\_Paper%20final.pdf](http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/wimmer/ESEG_APSA_Paper%20final.pdf).
- Chojnacki S & N Metternich, 2008: 'Where to fight? – The Spatial Dynamics of Violence in Areas of Limited Statehood', São Francisco: 49ª Convenção Anual da ISA, 26-30 de Março.
- Clarence-Smith G, 1989: 'The Roots of the Mozambican Counter-Revolution', *Southern African Review of Books*, Abril.
- Collier P & A Hoeffler, 2000: 'Greed and Grievance in Civil War', The World Bank, The World Bank Research Group, Policy Research Working Paper Nº 2355, Maio.

Collier P & A Hoeffler, 2002: 'On the Incidence of Civil War in Africa', *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 46, Nº 1.

Collier P & A Hoeffler, 2006, 'Civil War', draft chapter for the Handbook of Defence Economics, <http://users.ox.ac.uk/~econpco/research/Civil-War.pdf>

Collier P, A Hoeffler & M Söderbom, 2001: 'On the Duration of Civil War', The World Bank, The World Bank Research Group, Policy Research Working Paper Nº 2681, Setembro.

Collier P, A Hoeffler & D Rohner, 2008: 'Beyond Greed and Grievance: Feasibility and Civil War', <http://oep.oxfordjournals.org/cgi/content/short/gpn029v1>.

Collier P, L Elliot, H Hegre, A Hoeffler, M Reynal-Querol & N Sambanis, 2003: 'Breaking the Conflict Trap. Civil War and Development Policy', Washington: World Bank/Oxford University Press.

Cramer C, 1997: 'Civil War is not a Stupid Thing: Exploring Growth, Distribution and Conflict Linkages', <http://www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file28886.pdf>

Cramer C, 2000: 'War, Famine and the Limits of Economics', Conference on Global and Local Dimensions of Food Security: Threats, Challenges and Responses, University College Cork, 13-15 de Abril, <http://www.ucc.ie/famine/conference/papers/Cramer.doc>

Davis R, 1985: 'South African Strategy Towards Mozambique in the Post-Nkomati Period: A Critical Analysis of Effects and Implications', Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, Research Report Nº 73.

Egerö B, 1987: *A Dream Undone: The Political Economy of Democracy 1975-1984*, Uppsala: Nordiska afrikainstitutet.

Elbadawi I & N Sambanis, 2000a: 'External Interventions and the Duration of Civil Wars', The World Bank, The World Bank Research Group, Policy Research Working Paper Nº 2433, Setembro.

Elbadawi I & N Sambanis, 2000b: 'Why Are There So Many Civil Wars in Africa? Understanding and Preventing Violent Conflict', *Journal of African Economies*, Vol 9, Nº 3.

Elbadawi I & N Sambanis, 2002: 'How Much War Will We See?', *Journal of Conflict Resolution*, Vol 46, Nº1.

Fearon J & D Laitin, 2003: 'Ethnicity, Insurgency and Civil War', *American Political Science Review*, 97(1): 75-90.

Fearon J, 2002: 'Why do Some Civil Wars Last so Much Longer than Others?', 12 de Julho <http://www.stanford.edu/group/ethnic/workingpapers/dur3.pdf>

Fearon J, 2003: 'Ethnic Structure and Cultural Diversity Around the World: A Cross-National Data Set on Ethnic Groups', <http://www.stanford.edu/group/ethnic/workingpaper/egroups.pdf>

Finnegan W, 1992: *A Complicated War. The Harrowing of Mozambique*, Berkeley: University of California Press.

Flower K, 1987: *Serving Secretly*, Londres: John Murray.

Freire Antunes J, 1995: *A Guerra de África* (Vol. 1), Lisboa: Círculo de Leitores.

Freire Antunes J, 1996: *Jorge Jardim, Agente Secreto*, Lisboa: Bertrand.

Garfinkel M, S Skaperdas & C Syropoulos, 2005: 'Globalization and Domestic Conflict', CESifo Working Paper Nº 1510, [www.CESifo.de](http://www.CESifo.de)

- Gastrow P, 2001: 'Organised Crime in the SADC Region: Police Perceptions', *Institute for Security Studies*, Monograph 60.
- Gates S, 2002: 'Empirically Assessing the Causes of Civil War', Reunião Anual da International Studies Association, Nova Orleães, 24-27 de Março.
- Geffray C, 1991: *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Gersony R, 1988: *Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique*. Washington DC: Department of State/Bureau for Refugee Programs.
- Gleditsch NP, 2002: 'The Future of Armed Conflict', The Madame Madeleine Feher European Scholar-in-Residence Lecture, The Begin-Sadat Centre for Strategic Studies, Universidade Bar-Ilan, <http://www.besacenter.org>
- Gleditsch NP, A Knudsen, A Suhrke & H Urdal, 2003: 'Conflict and Development: Framework for a Proposed Research Area', Oslo: International Peace Research Institute / Christen Michelsen Institute.
- Gleditsch NP, P Wallensteen, M Eriksson, M Sollenberg & H Strand, 2002: 'Armed Conflict 1946-2001: A New Dataset', *Journal of Peace Research*, Vol 39, Nº 5.
- Hall M & T Young, 1997: *Confronting Leviathan: Mozambique since independence*, Londres: C. Hurst & Co.
- Hanlon J, 1984: *Mozambique: The Revolution Under Fire*, Londres: Zed Books.
- Hegre H & N Sambanis, 2005: 'Sensitivity Analysis of the Empirical Literature on Civil War Onset', [http://www.prio.no/files/file46409\\_sensitivity\\_analysis\\_isa.pdf](http://www.prio.no/files/file46409_sensitivity_analysis_isa.pdf).
- Hoile D (ed), 1994: *Mozambique 1962-1993: A Political Chronology*, Londres: Mozambican Institute.
- Humphreys M, 2003: 'Economics and Violent Conflict', <http://www.preventconflict.org/portal/economics>
- Johnson P & D Martin, 1986: *Destructive Engagement: Southern Africa at War*, Harare: Zimbabwe Publishing House.
- Kalyvas S, L Wood & J Bell, 2007: 'The Dynamics of Civil War', comunicação apresentada no encontro anual da American Political Science Association, Chicago, 30 de Agosto, [http://www.allacademic.com/meta/p228675\\_index.html](http://www.allacademic.com/meta/p228675_index.html)
- Laitin D & D Posner, 2001: 'The Implications of Constructivism for Constructing Ethnic Fractionalization Indices', in K Chandra, 'Symposium: Cumulative Findings in the Study of Ethnic Politics', *APSA-CP Newsletter*, Vol 12(1), <http://www.nyu.edu/gsas/dept/politics/faculty/chandra/apsa-cp2001.pdf>
- Lockyer A, 2008: 'The Levels of Analysis Approach to the Study of Foreign Intervention in Civil War', Brisbane: Australian Political Studies Association Conference, 6-9 de Julho.
- Mack A, M Humphreys & J Weinstein (eds.), 2004: 'Understanding Civil War: Quantity versus Quality?: Toward more effective collaboration between the Quantitative and Qualitative conflict research communities', conference report, Bellagio: Human Security Centre/Liu Institute for Global Issues, 5-7 de Abril, [www.humansecuritycentre.org](http://www.humansecuritycentre.org)
- Malone D & H Nitzschke, 2005: 'Economic Agendas in Civil Wars. What We Know, What We Need to Know', United Nations University/World Institute for Development Economics Research, Discussion Paper Nº 2005/07.
- McGregor J, 1998: 'Violence and Social Change in a Border Economy: War in the Maputo Hinterland 1984-1992', *Journal of Southern African Studies*, Vol 24, Nº 1.

- Minter W, 1989: 'Clarence-Smith on Mozambique', *Southern African Review of Books*, Junho.
- Minter W, 1994: *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*, Londres/New Jersey: Zed Books.
- Mkandawire T, 2002: 'The Terrible Toll of Post-Colonial Rebel Movements in Africa: Towards an Explanation of the Violence Against the Peasantry', *Journal of Modern African Studies*, 40, 2.
- Mlambo N, s/d: 'Raids on Gorongosa: Zimbabwe's military involvement in Mozambique 1982-1992', SACDI Defence Digest, Working Paper n° 3.
- Nordstrom C, 1997: *A Different Kind of War Story*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Oliveira P, 2006: *Renamo: Uma Descida ao Coração das Trevas*, Lisboa: Europress.
- Rodrigues R (coord), 1995: *Os Últimos Guerreiros do Império*, Amadora: Editora Erasmus.
- Roesch O, 1989: 'Is Renamo a Popular Movement in Mozambique?', *Southern African Review of Books*, Dezembro.
- Sambanis N, 2002: 'A Review of Recent Advances and Future Directions in the Quantitative Literature on Civil War', *Defence and Peace Economics*, Vol 13(3), pp.215-243.
- Sambanis N, 2003: 'Using Case Studies to Expand the Theory of Civil War', CPR Working Papers, n° 5, Maio.
- Sambanis N, 2004: 'What is Civil War: Conceptual and Empirical Complexities of an Operational Definition', *Journal of Conflict Resolution*, Vol 48, N° 6, Dezembro.
- Santos BO, 2008: 'Histórias Secretas da PIDE/DGS: Entrevista com Óscar Cardoso', <http://group.xiconhoca.com/2008/12/05/historias-secretas-da-pide-dgs>
- Souto AN, 2003: 'A Administração Colonial Portuguesa em Moçambique no Período de Marcello Caetano (1968-1974): Mecanismos e Relações de Poder', Lisboa: Universidade Nova (tese de doutoramento).
- Stiff P, 1999: *The Silent War. South African Recce Operations 1969-1994*. Alberton: Galago.
- Strand H, L Wilhelmsen & NP Gleditsch, 2002: *Armed Conflict Dataset Codebook (versão 1.1.)*, Oslo: International Peace Research Institute.
- Suzuki S, V Krause & D Singer, 2002: 'The Correlates of War Project: A Bibliographic History of the Scientific Study of War and Peace, 1964-2000', *Conflict Management and Peace Science*, Vo 19, N° 2: 69-107.
- Vines A, 1996: *Renamo: From terrorism to democracy in Mozambique?*, Londres: James Currey.
- Vines A, 1998: 'The Business of Peace: Tiny Rowland, Financial Incentives and the Mozambican Settlement', in J Armon, D Hendrickson & A Vines, *The Mozambican Peace Process in Perspective, Accord – An International Review of Peace Initiatives*, N° 3.
- Weinstein J & L Francisco, 2005: 'The Civil War in Mozambique: The Balance Between Internal & External Factors', in Paul Collier & Nicholas Sambanis (eds), *Understanding Civil War: Evidence and Analysis* (Volume 1: Africa), Washington DC: The World Bank.
- Wheeler D, 1976: 'African Elements in Portugal's Armies in Africa, 1961-1974', *Armed Forces and Society*, 2(2).
- Wimmer A & B Min, 2006: 'From Empire to Nation-State: Explaining Wars in the Modern World, 1816-2001', *American Sociological Review*, Vol. 71, Dezembro.



Wimmer A, L-E Cederman & B Min, 2009, 'Ethnic Politics and Armed Conflict: A Configurational Analysis of a New Global Data Set, *American Sociological Review (Online Supplement)*, Vol 74, Abril, pp. 316-337.

Woodward SL, s/d: 'The Inequality of Violence: On the Discovery of Civil War as a Threat to 'the North' in the 1990s and the Debate over Causes and Solutions', APSA Task Force on Inequality and Difference in the Developing World ([www.apsanet.org](http://www.apsanet.org)).